

PRIMEIRO ADITIVO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, como **EMISSIONORA**, e assim doravante designada, **BCP S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Flórida nº 1970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.432.544/0001-47, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como **AGENTE FIDUCIÁRIO**, e assim doravante designado, **Planner Corretora de Valores S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista nº 2439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeado nesta Escritura e nela **INTERVENIENTE**, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta Escritura, com a finalidade de alterar o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações assinado pelas partes em 01 de dezembro de 1999, vêm por este celebrar o presente aditivo, mediante o aditamento das cláusulas I, III.9, III.10.2, III.10.3, III.11, III.11.2, III.11.3 e III.12.1, passando a referida Escritura de Emissão a vigor com as seguintes cláusulas e condições, que refletem as alterações ajustadas pelas partes e consolidam o texto da Escritura de Emissão.

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembleia Geral Extraordinária da EMISSIONORA realizada em 01 de dezembro de 1999 e nas Reuniões do Conselho de Administração da EMISSIONORA realizadas em 01 de dezembro de 1999 e 18 de janeiro de 2000.

A Assembleia Geral Extraordinária delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59, § 1º da Lei nº 6.404/76 e sobre a oportunidade da emissão.

II - DOS REQUISITOS

A presente emissão de debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

- a) Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos das Leis nºs 6.385, de 07.12.76, 6.404, de 15.12.76, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- b) Arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a presente emissão, na Junta Comercial do Estado de São Paulo;
- c) Arquivamento da Ata da Reunião do Conselho de Administração, que deliberou sobre determinadas características da presente emissão, na Junta Comercial do Estado de São Paulo; e
- d) Registro da Escritura de Emissão no Registro de Imóveis da sede da EMISSIONORA.

III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

A emissão observará as seguintes condições e características:

1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO:

A distribuição será pública, mediante a intermediação de instituições financeiras habilitadas, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. FORMA:

As debêntures serão nominativas, escriturais e não conversíveis em ações representativas do capital social da EMISSIONORA.

3. ESPÉCIE:

As debêntures serão da espécie quirografária.

4. QUANTIDADE E VALOR NOMINAL:

Serão emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na data da emissão.

5. VALOR TOTAL DA EMISSÃO:

R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na data da emissão.

6. SÉRIE:

A emissão será feita em série única.

7. NEGOCIAÇÃO:

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

8. DATA DE EMISSÃO:

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de dezembro de 1999.

9. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:

As debêntures terão prazo de 60 (sessenta) meses contados a partir de 01 de fevereiro de 2000 (doravante designada "Data Prevista de Subscrição"), vencendo-se portanto em 01 de fevereiro de 2005.

10. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

- 10.1.** O preço de subscrição será definido em processo de "*book building*", com ágio ou deságio sobre o valor nominal das debêntures, observado necessariamente um deságio máximo de 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) sobre o valor nominal das debêntures. O anúncio de encerramento de distribuição das debêntures informará o ágio ou deságio efetivamente aplicado sobre o valor nominal das debêntures e o efetivo preço de subscrição.
- 10.2.** Caso a subscrição ocorra em data posterior à Data Prevista de Subscrição, ou seja, após 01 de fevereiro de 2000, o preço de subscrição será o valor nominal sujeito a ágio ou deságio indicado no item 10.1 acima, acrescido do valor obtido com a aplicação, sobre o valor nominal (sem cômputo de ágio ou deságio), da Taxa de Remuneração do primeiro Período de Incidência de Remuneração, conforme definido no item 11 abaixo, nos dias decorridos entre a Data Prevista de Subscrição e a data efetiva da subscrição.
- 10.3.** A integralização das debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, que, respeitada a concessão do registro da emissão pela CVM, somente poderá ocorrer a partir de 01 de fevereiro de 2000.

11. REMUNERAÇÃO:

Sobre o valor nominal das debêntures definido no item 4, incidirá a partir da Data Prevista de Subscrição uma taxa de remuneração pré ou pós fixada, cujo período de incidência e respectivo critério de fixação serão definidos pelo Conselho de Administração da EMISSORA, nos termos deste item 11.

- 11.1.** Entende-se por "Período de Incidência de Remuneração" o prazo durante o qual a taxa de remuneração permanecerá inalterada.
- 11.2.** O primeiro Período de Incidência de Remuneração terá início na Data Prevista de Subscrição e encerramento em 01 de fevereiro de 2002, ou seja, 24 (vinte e quatro) meses após a Data Prevista de Subscrição, incluindo-se neste o primeiro dia e excluindo-se o último. Para o primeiro Período de Incidência de Remuneração a taxa de remuneração será de 105% (cento e cinco por cento) da taxa de juro de Depósito Interfinanceiros - DI de um dia - extra grupo, expressa em percentual ao ano, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.
- 11.5.** A remuneração devida no item 11.2 será paga semestralmente, nas datas definidas abaixo. O primeiro Período de Incidência de Remuneração será composto de quatro subperíodos, que serão utilizados unicamente para o cálculo e pagamento semestral da remuneração do primeiro Período de Incidência de Remuneração, intercalados pelas datas de pagamento, conforme descrito abaixo

Subperíodo	Data de Início	Data de Término
1º	01 de fevereiro de 2000	01 de agosto de 2000
2º	01 de agosto de 2000	01 de fevereiro de 2001
3º	01 de fevereiro de 2001	01 de agosto de 2001
4º	01 de agosto de 2001	01 de fevereiro de 2002

- 11.4.** A remuneração devida aos debenturistas para cada um dos subperíodos do primeiro Período de Incidência de Remuneração, descrita nos itens 11.2 e 11.3, será calculada de acordo com a seguinte fórmula :

$$R = Vn \times i$$

onde:

R = Valor da remuneração a ser paga por debênture, na data de encerramento de cada um dos subperíodos de Incidência de Remuneração.

Vn = Valor da nominal da debênture, ou seja, R\$ 50.000,00;

i = Fator de remuneração a ser pago ao final de cada subperíodo de Incidência de Remuneração, definido pela seguinte fórmula:

$$i = [(fd1) \times (fd2) \times (fd3) \times \dots \times (fdn)] - 1$$

onde:

fd = fator diário de remuneração variando do 1º dia "fd1" (inclusive) ao último dia "fdn" (exclusive) do subperíodo de Incidência de Remuneração, definido pela seguinte fórmula:

$$fd = \{[(1 + \text{taxa Cetip}/100) ^ (1/d)] - 1\} \times (105/100) + 1$$

onde:

d = 252 dias úteis usados para a definição da taxa CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos), como sendo convencionado como a quantidade de dias úteis existentes em um ano comercial;

Taxa CETIP = Taxa média dos depósitos interfinanceiros (DI de um dia - extra grupo), expressa em percentual ao ano, a ser consultada na tela 74 do Sistema CETIP, série histórica de CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e de LFT (Letra Financeira do Tesouro).

- 11.5.** Nos casos de (i) indisponibilidade da "taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo" por prazo superior a oito dias úteis, (ii) sua extinção, ou (iii) impossibilidade legal de sua aplicação às debêntures, será aplicada a taxa que vier a substituí-la. No caso da impossibilidade de sua aplicação o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará a Assembléia Geral de Debenturistas, exclusivamente para definição do novo parâmetro de remuneração das debêntures proposto pela EMISSORA. Não sendo aceito o novo parâmetro pela Assembléia Geral dos Debenturistas, haverá a repactuação da remuneração das debêntures antes do encerramento do primeiro Período de Incidência de Remuneração, aplicando-se o disposto no item 12 desta escritura.

12. REPACTUAÇÃO:

O Conselho de Administração da EMISSORA deverá deliberar e comunicar aos debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias do encerramento de cada Período de Incidência de Remuneração das debêntures, o seguinte:

- a) o prazo do próximo Período de Incidência de Remuneração;
 - b) a modalidade e os percentuais da taxa de remuneração e prêmio, se houver, para o próximo Período de Incidência de Remuneração; e
 - c) as datas de pagamento da taxa de remuneração e do prêmio, se houver.
- 12.1.** As condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA serão comunicadas aos debenturistas na forma do item 21 desta cláusula, concedendo-se prazo de 5 (cinco) dias da data da publicação da comunicação, mas encerrando-se sempre antes do início do próximo Período de Incidência de Remuneração, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua opção pela venda de seus títulos à EMISSORA.
- 12.2.** A EMISSORA obriga-se a adquirir as debêntures desta emissão de titularidade dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração na forma prevista neste item, pelo seu valor nominal acrescido da taxa de remuneração, se houver, na data de término do Período de Incidência de Remuneração em curso.
- 12.3.** As debêntures adquiridas na forma deste item poderão, por opção da EMISSORA, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou vendidas a terceiros, a qualquer tempo.
- 12.4.** A não manifestação dos debenturistas no prazo fixado em 12.1, supra, será considerada como aceitação das novas condições de remuneração das debêntures, liberando a EMISSORA da obrigação de adquirir as debêntures de que referidos debenturistas forem titulares.

13. PAGAMENTO DO PRINCIPAL:

O principal das debêntures será pago em uma única parcela, na data do seu vencimento, ressalvado o disposto no item 15 desta cláusula.

14. VENCIMENTO ANTECIPADO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal, acrescido da taxa de remuneração prevista no item 11 retro, calculada exponencialmente por dias decorridos, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA cujo valor agregado não pago ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- b) não pagamento da taxa de remuneração devida às debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for comprovadamente enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d) vencimento antecipado de qualquer obrigação da EMISSORA decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar de valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas desde que o respectivo credor esteja de qualquer forma exigindo o pagamento da obrigação;
- e) pedido de concordata solicitado pela EMISSORA;
- f) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;
- g) extinção da licença para exploração de Serviço Móvel Celular na Região Metropolitana de São Paulo - Área - 1.

14.1. Para os efeitos de vencimento antecipado das debêntures, nos termos deste item, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá notificar a EMISSORA mediante carta protocolada encaminhada com 10 (dez) dias úteis de antecedência.

15. RESGATE ANTECIPADO E FACULTATIVO:

A EMISSORA reserva-se o direito de, a partir de 31 de março de 2000, por deliberação do Conselho de Administração, promover, a qualquer tempo, o resgate antecipado das debêntures em circulação mediante o pagamento: (i) do valor nominal das debêntures, (ii) da taxa de remuneração prevista no item 11, supra, devida durante o Período de Incidência de Remuneração em curso até a data do resgate e (iii) de prêmio de 0,5% (meio por cento) calculado sobre o valor da somatória dos subitens (i) e (ii) deste item 15.

15.1. A EMISSORA publicará aviso prévio aos debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do resgate.

15.2. O resgate poderá ser total ou parcial, devendo nesta última hipótese ser realizado mediante sorteio.

16. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao valor nominal, acrescido da taxa de remuneração devida até a data de aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei nº 6.404/76.

17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:

Considerar-se-ão prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem quaisquer acréscimos monetários, os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura, quando o vencimento da mesma coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser cursados pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

18. JUROS MORATÓRIOS:

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos da taxa de remuneração aplicável e de prêmio, se houver, na forma estabelecida nesta Escritura, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

19. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:

Sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não dará direito àquele ao recebimento da taxa de remuneração relativa ao período compreendido entre a data do vencimento e a do efetivo recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

20. LOCAL DE PAGAMENTO:

Todos e quaisquer pagamentos previstos nesta Escritura devidos aos debenturistas serão efetuados pela EMISSORA, por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto, e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se os procedimentos adotados por esta ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a esse sistema, na sede da EMISSORA ou no Banco Mandatário indicado no item 22 infra.

21. PUBLICIDADE:

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, serão veiculados em forma de avisos, no jornal "O Estado de São Paulo", exceção feita aos anúncios de início e encerramento de distribuição, os quais serão publicados no jornal Gazeta Mercantil – Edição Nacional.

22. BANCO MANDATÁRIO:

BANCO ITAÚ S.A..

23. AGENTE FIDUCIÁRIO:

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A..

IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA obriga-se a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) demonstrações financeiras completas, relativas ao término de cada exercício social, dentro de 90 (noventa) dias após o término do mesmo;
- b) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos nela previstos;
- c) com a maior brevidade possível, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada.

- 2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei e conforme o estabelecido pelo estatuto social da EMISSORA, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento da taxa de remuneração e principal das debêntures objeto desta Escritura.

3. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.
4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, bem como fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.
5. Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para prestação desse serviço.

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente Escritura, a PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., anteriormente qualificada, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das debêntures.

1. DECLARAÇÃO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições; e
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente as suas funções, bem como não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

2. REMUNERAÇÃO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração fixada da seguinte forma:

- a) uma parcela de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), a ser paga 5 (cinco) dias úteis após a data de obtenção do registro da emissão na CVM, a título de implantação dos serviços, contra a apresentação da respectiva nota fiscal;
- b) parcelas anuais de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais) cada uma, vencíveis, a primeira, no 5º dia útil do mês seguinte ao da obtenção do Registro na CVM, e as demais, no mesmo dia e mês de cada ano subsequente, até o vencimento das debêntures ou seu resgate total, o que ocorrer primeiro;
- c) as parcelas referidas no item "b" retro serão reajustadas pela variação do INPC-IBGE, verificada desde a data de vencimento da primeira parcela prevista na letra "b" supra até a data do respectivo pagamento. Na falta ou na impossibilidade de utilização do INPC-IBGE, por força da legislação, será utilizado outro índice que venha a substituí-lo;
- d) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos mesmos, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias;

- e) a remuneração prevista neste item 2 não inclui despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao desempenho das funções do AGENTE FIDUCIÁRIO, encargos esses que serão suportados pela EMISSORA, na forma do item 6 desta cláusula V.

3. SUBSTITUIÇÃO:

Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas, para a escolha do novo Agente Fiduciário. Tal Assembléia poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 10 (dez) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

- 3.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá o mesmo comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- 3.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, procederem à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.
- 3.3. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a prévia comunicação à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.
- 3.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado no registro de Imóveis em que foi registrada a Escritura.
- 3.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- 3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos regulados pela CVM.

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra espécie de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos e outros papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existente; neste caso, o Oficial do Registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais irregularidades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações contidas nas propostas de modificações das condições das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal, e órgãos da Fazenda Pública, no foro da sede da EMISSORA;
- i) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a assembléia dos debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA efetua suas publicações;
- k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, com as informações previstas no artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b" da Lei nº 6.404/76;
- m) colocar o relatório anual de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas nos prazos legais, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1) na sede social da EMISSORA;
 - m.2) no escritório do AGENTE FIDUCIÁRIO;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) nas instituições que lideraram a colocação das debêntures;
- n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA efetua suas publicações, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "m";
- o) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores;
- p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- q) coordenar, se for o caso, o sorteio das debêntures a serem resgatadas;
- r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer.

5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, representando os mesmos em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA, devendo ainda declarar antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessório, observadas as condições desta emissão, e em especial o disposto no item 14 da Cláusula III desta Escritura.

6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

- 6.1.** O ressarcimento a que se refere este subitem será efetuado após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas.
- 6.2.** As despesas a que se refere este subitem compreendem, inclusive, as seguintes:
 - a)** publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto na Escritura, e outras publicações que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - b)** extração de certidões;
 - c)** locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
 - d)** eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.
- 6.3.** O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, que não tenha sido saldado na forma do subitem 6.1., será acrescido à dívida da EMISSORA e preferirá às debêntures na ordem de pagamento.

VI - DA RENÚNCIA

Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham, em qualquer ocasião, a ser exercidos.

VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures desta Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
2. A assembleia dos debenturistas desta Emissão poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação.
3. Aplicar-se-á à assembleia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre a assembleia geral de acionistas.
4. A assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
5. A assembleia poderá, pelo voto de titulares da metade, no mínimo, das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures propostas pela EMISSORA.
6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas assembleias dos debenturistas.
7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à assembleia dos debenturistas e prestar aos mesmos as informações que lhe forem solicitadas.

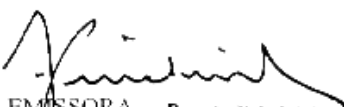
VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

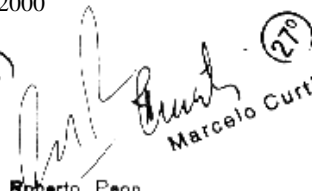
Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da presente Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente aditivo em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.


São Paulo, 18 de janeiro de 2000



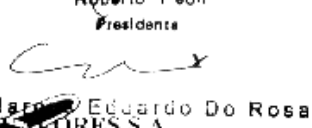
 EMISSORA **Renato Friedrich**
BCP S.A. Diretor de Tesouraria





Roberto Peon
 Presidente



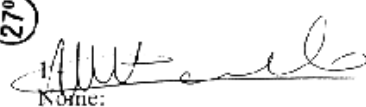
Marcelo Curti



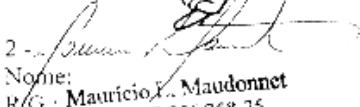
 AGENTE FIDUCIÁRIO
Marcelo Eduardo Do Rosa
 PLANNER CORRETORA DE SEGUROS S.A.


Testemunhas:



 Nome:
 R.G.:
Mônica Hojaij Carvalho
 R.G. nº 18.714.329
 CPF nº 137.295.488-08



 Nome:
 R.G.: **Maurício L. Maudonnet**
 CPF 157.956.258-25
 RG 17173523-8
 Ques/2/centes/representa/9 doc


 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
 JORGE AUGUSTO ALVARO BOTELHO FERREIRA
 RG 154.112-20 - CENTRO - SÃO PAULO - SP - 7099-1112-0770 - CEP 01046-010

Reconheço por semelhança, as firmas de: RENATO FRIEDRICH,
 ROBERTO PEON CASTELLANDS, MARCELO CURTI e MÔNICA HOJAIJ
 CARVALHO.
 São Paulo, 27 de Janeiro de 2000. 15:13:01. 26.1301/MMRR.
 da verdade. R\$ 6,76.
 Em testemunho

MARIA LUCIA MARTINI PSB - MOTOR. LEI 8935794.


 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
 JORGE AUGUSTO ALVARO BOTELHO FERREIRA
 RG 154.112-20 - CENTRO - SÃO PAULO - SP - 7099-1112-0770 - CEP 01046-010

27.ª
 27 JAN. 2000
 Maria Lucia Martini
 COADJUVANTE AUTORIZADO
 Av. São Luís, 59


 TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
 JORGE AUGUSTO ALVARO BOTELHO FERREIRA
 RG 154.112-20 - CENTRO - SÃO PAULO - SP - 7099-1112-0770 - CEP 01046-010

27.ª
 27 JAN. 2000
 Maria Lucia Martini
 COADJUVANTE AUTORIZADO
 Av. São Luís, 59

BCP - Jurídico
APPROVADO

22.ª TABELIA DE NOTAS - SP -
* VALIDO SO COM SELO DE AUTENTICIDADE *
Reconheço p/ semelhança 0001 / firma(s) de:
MAURICIO LOTUFO MAUDONNET / de 2000.
Sao Paulo, 27 De JANEIRO de 2000.
Carimbo: 353101
Selo: 36848-CZ



Utilizam 2 Guinazes - Tabeliao Designado !
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE:
CARLOS ARMANDO PERES DE SOUZA (4059).
MARCUS EDUARDO DE ROSA (32446).
Sao Paulo, 27 de Janeiro de 2000.
EM TEX. 26. VERGODE.
RENALDO ROBERTO ZPASTAN - ESCRITANTE
DDO, SEGURANCA : 0021/27012000-5 2
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA R\$ 1,69 11 TOTAL R\$ 3,38
OBRIGADOR: EDUARDO

